

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS
  - 1.1 – Comissões
- 2 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/6/2021

Às 14h44min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.344, 7.741, 7.904 e 7.975/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.844/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os graves impactos sociais do processo de despejo das inúmeras famílias que vivem na Ocupação Cidade de Deus, em Sete Lagoas, principalmente no contexto da pandemia de covid-19;

nº 8.866/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da implementação e do funcionamento do aterro sanitário metropolitano, no Município de Ribeirão das Neves, bem como possíveis violações de direitos humanos coletivos em decorrência do descarte de lixo da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – no referido município;

nº 8.893/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo esclarecimentos sobre todas as políticas e ações realizadas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, da Secretaria de Estado de Saúde – SES – e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – destinadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em Minas Gerais, detalhando, inclusive, todos os recursos orçamentários empenhados em cada uma delas, acompanhado do *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.894/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam priorizados os investimentos nas políticas e ações destinadas ao enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes em Minas Gerais, tanto em termos do planejamento orçamentário quanto da sua execução, acompanhado do *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 8.904/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que todos os servidores de Minas Gerais que atuam na rede de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência sejam devidamente formados e capacitados, de forma contínua, sobre a aplicação da Lei nº 13.431, de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com particular atenção aos procedimentos de escuta especializada e de depoimento especial, acompanhado do *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.905/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada, em caráter prioritário e permanente, a formação de todos os profissionais da rede de educação de Minas Gerais na temática do enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, acompanhado do *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.906/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que seja criada, em caráter prioritário, uma plataforma destinada à consolidação e divulgação de dados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, organizados por município e discriminados por tipo de violência, idade e gênero da vítima, como ferramenta fundamental para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual desse segmento e para a atuação de todos os atores envolvidos nessa política, acompanhado de *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.907/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam realizadas, como política de enfrentamento e em caráter prioritário, campanhas amplas e permanentes sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive em rodovias estaduais, contendo canais de denúncia, dados e informações sobre o aumento de casos durante o atual cenário de pandemia, entre outros aspectos, acompanhado do *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.908/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que os centros de referência especializado de assistência social – Creas – e os conselhos tutelares de Minas Gerais sejam devidamente equipados para o enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, acompanhado do *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.909/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo dados sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, registrados no Estado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, pelo Centro de Referência de Assistência Social – Cras – e por delegacias de polícia, discriminados por gênero, idade, municípios e tipos de violência, no período janeiro de 2020 a maio de 2021;

nº 8.910/2021, do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que os conselheiros tutelares do Estado sejam incluídos nos grupos prioritários de vacinação contra a covid-19, acompanhado de *link* com o inteiro teor da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 26/5/2021;

nº 8.918/2021, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioambientais decorrentes da construção do complexo minerário denominado Bloco 8, da empresa mineradora Sul Americana de Metais, que pretende explorar minério de ferro na região Norte de Minas Gerais;

nº 8.924/2021, das deputadas Andréia de Jesus, Leninha, Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações de direitos humanos em decorrência da impossibilidade de acesso a políticas públicas pelos moradores e moradoras do aglomerado da Serra, em Belo Horizonte;

nº 8.925/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Roberto Alves Reis, professor, pelos 10 anos do projeto de extensão Una-se contra a LGBTFobia, do Centro Universitário Una em parcerias com outras entidades;

nº 8.931/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Projeto Acolher e à Escola Municipal Juca Dias, no Município de Sete Lagoas, para verificar as atuais condições dos estabelecimentos, apresentados como abrigos provisórios no contexto da pandemia para acolher cerca de 100 famílias residentes na Ocupação Cidade de Deus;

nº 8.948/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de providências para que façam a conexão de água potável nas comunidades quilombolas do Município de Januária;

nº 8.949/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Manga pedido de providências para que seja construída quadra para a prática de esportes no Quilombo do Brejo, nesse município, com o escopo de atender aos direitos constitucionais da população ao lazer e à saúde;

nº 8.950/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Manga pedido de informações sobre os programas municipais em áreas relacionadas com direitos humanos básicos, tais como esporte, cultura e lazer, os recursos aplicados em cada programa e a sua origem, bem como sobre quais desses programas abrangem as regiões quilombolas do município;

nº 8.951/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que se proceda à conexão de fornecimento de água potável para o Quilombo do Brejo, localizado em Manga;

nº 8.952/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os dados de violência contra a mulher e pessoas LGBT nos municípios de Manga e de Buritizeiro nos últimos cinco anos, preferencialmente levando em consideração marcadores de raça e socioeconômicos;

nº 8.953/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a situação atual e o grau de risco do denominado sistema de barragens de Pontal, localizado em áreas muito próximas aos limites urbanos, fazendo divisa com bairros inteiros, destacando-se os Bairros Bela Vista e Nova Vista, e com centenas de famílias; a existência de licenciamento ambiental em curso e de processo de descomissionamento das barragens ou diques em seu interior; outras intervenções previstas de forma complementar ao descomissionamento; o levantamento dos impactos diretos e indiretos sobre a população urbana de Itabira, sobretudo as residentes nos Bairros Bela Vista e Nova Vista, que fazem divisa com as estruturas do Dique Minervino e do Cordão de Barra Longa; a previsão de consulta prévia das comunidades afetadas por eventual remoção forçada das unidades habitacionais, em observância ao conjunto de

normas do sistema de defesa de garantia dos direitos humanos; e o quão cientes do problema estão as famílias residentes nos Bairros Bela Vista e Nova Vista, que possivelmente serão removidas da área de influência da Barragem do Pontal;

nº 8.954/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à gerente regional da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais – pedido de informações sobre a situação atual e o grau de risco do denominado sistema de barragens de Pontal, localizado no Município de Itabira, em áreas muito próximas aos limites urbanos, fazendo divisa com bairros inteiros, destacando-se Bela Vista e Nova Vista, e com centenas de famílias; a existência de licenciamento ambiental em curso e de processo de descomissionamento das barragens do sistema Pontal ou diques em seu interior; outras intervenções previstas de forma complementar ao descomissionamento; o levantamento dos impactos diretos e indiretos sobre a população urbana de Itabira, sobretudo as pessoas residentes nos Bairros Bela Vista e Nova Vista, que fazem divisa com as estruturas do Dique Minervino e do Cordão de Barra Longa; a previsão de consulta prévia das comunidades afetadas por eventual remoção forçada das unidades habitacionais, em observância ao conjunto de normas do sistema de defesa de garantia de direitos humanos; e sobre em que medida estão cientes dos problemas as famílias residentes nos Bairros Bela Vista e Nova Vista em Itabira, que possivelmente serão removidas da área de influência da Barragem do Pontal;

nº 8.958/2021, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, em Belo Horizonte, pedido de providências para a apuração dos crimes cometidos contra K. B. L. B., 14 anos, assassinada em Pirapora; Jéssica Mayane Lopes dos Reis, 30 anos, assassinada em Claro dos Poções; Elba Barbosa do Nascimento, 34 anos, assassinada em Pirapora; contra a jovem que será identificada apenas como M., assassinada em Coração de Jesus; e Rubí, mulher trans, assassinada em Monte Azul;

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os Srs. João Batista Carlos, empregado aposentado da Vale do Rio Doce, e Elaine Célia da Silva Inocente, cidadã. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/5/2022**

Às 14h13min, comparecem à reunião, presencialmente, as deputadas Andréia de Jesus e, remotamente, a deputada Leninha e o deputado André Quintão (substituindo o deputado Marquinhos Lemos, por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a repercussão e as consequências da Chacina de Unai, quando três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram assassinados a tiros durante um trabalho de inspeção na zona rural desse município. A seguir, comunica o recebimento de ofício, publicado no *Diário do Legislativo* de 12/5/2022, do Cb. PM Cleines, solicitando a realização de audiência pública para debater a necessidade de políticas públicas voltadas para promover a saúde mental dos integrantes da Polícia Militar de Minas Gerais, tendo em vista a elevação do número de casos de autoexterminio ocorridos na corporação. A presidenta avoca a si a relatoria das visitas ocorridas em 3/5/2022, no Município de Betim, à Comunidade Tradicional Quilombola Família Araújo e à Penitenciária José Edson Cavalieri, no Município de Juiz de Fora. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.333/2022, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Prefeitura Municipal de Miravânia pedido de providências para acompanhar as famílias remanescentes da Comunidade Olaria Barra do Mirador, vítimas de despejo no ano de 2019, que hoje se encontram em situação de vulnerabilidade, precisando de itens básicos de alimentação e subsistência;

nº 12.352/2022, do deputado Charles Santos, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Comunidade Internacional Brasil-Israel, na pessoa de sua presidente, pastora Jane Silva, pela comemoração de 25 anos em Belo Horizonte, trabalhando pela união dos povos, pela paz e pelos direitos humanos;

nº 12.362/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Resolução Sejusp nº 346, de 12 de maio de 2022, que dispõe sobre a manutenção de atividades nas unidades prisionais do Estado na modalidade virtual, impondo inúmeras restrições à visitação dos acautelados, e outros temas concernentes ao Sistema Prisional do Estado;

nº 12.363/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Auxiliadora Viana Pinto por sua valorosa atuação na defesa dos direitos humanos ao longo de mais de 40 anos de trabalho na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;

nº 12.364/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita à Ocupação Pingo d'Água, no Município de Betim, para verificar, *in loco*, as ameaças de remoção do território, haja vista a decisão de reintegração de posse que atinge mais de 100 famílias, entre outras possíveis violações de direitos humanos;

nº 12.369/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Belo Horizonte, para debater, sob a ótica dos direitos humanos, os impactos nas comunidades do Aglomerado da Serra de empreendimentos minerários na Serra do Curral;

nº 12.370/2022, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater, na perspectiva dos direitos humanos, a publicação anual da Comissão Pastoral da Terra *Conflitos no campo Brasil 2021*, com vistas à construção das bases contra a violência no campo e em defesa da vida dos povos do campo, das águas e das florestas.

A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Helba Soares da Silva, viúva de um dos auditores fiscais assassinados em Unai; e Ivone Corgosinho Baumecker, delegada regional do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; e os Srs. Roberto Tardelli, advogado, procurador de justiça aposentado e assistente de acusação do Ministério Público Federal no caso da Chacina de Unai; Carlos Alberto Menezes Calazans, ex-delegado regional do Trabalho; e Bob Everson Carvalho Machado, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinaif. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira, membro da comissão, e retira-se o deputado André Quintão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2022.

Marquinho Lemos, presidente.

#### **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/7/2022**

Às 15h14min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membra da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater as violações de direitos sofridas pela população de Itatiaiuçu no contexto de risco iminente de rompimento da barragem da Mina de Serra Azul, operada pelo grupo siderúrgico ArcelorMittal, e o risco de desabastecimento hídrico na Região Metropolitana de Belo

Horizonte caso a represa Rio Manso seja atingida. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria-Geral do Estado (27/1/2022); da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (dois ofícios em 12/5/2022); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (9/6/2022); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 9/6/2022); da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte (26/5/2022); da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte (3/6/2022); da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (19/5/2022); do Ministério Público Federal (10/6/2022); da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (um ofício em 21/6/2022 e três em 2/6/2022); da Secretaria de Estado de Educação (9/6/2022); da Polícia Militar de Minas Gerais (9/6/2022); da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (16/6/2022); e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (26/5/2022). Comunica também o recebimento dos seguintes *e-mails*, recebidos por meio do “Fale com as Comissões”: dos Srs. Paulo da Silva relatando supostas “covárdias sem precedentes” e “abusos de poder” no Município de Viçosa; e Esteves Dimas, reiterando questionamento a respeito de a ALMG, no seu entender, em ações de publicidade cujo assunto esteja relacionado com pandemia, fome, desemprego, pobreza e famílias carentes, veicular imagens apenas de cidadãos negros. A presidenta acusa o recebimento de proposições e comunica que a deputada Andréia de Jesus avocou a si a relatoria dos Projetos de lei n°s 1.312/2019, 3.282/2021 e 3.449/2022 e designou o deputado Marquinhos Lemos para relator do Projeto de Lei n° 3.116/2021, todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria José de Figueiredo Siqueira, promotora de justiça da Comarca de Itaúna; Jéssica Barbosa Siqueira Simões, coordenadora estadual da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social e coordenadora do Projeto de Assessoria Técnica em Itatiaiuçu; o Cap. BM Paulo Henrique Camargos Firme, chefe da Diretoria de Redução do Risco de Desastre da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, representando o chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado; a Sra. Luzia Soares de Souza, moradora de Itatiaiuçu; e os Srs. Wagner de Brito Barbosa, diretor-geral da ArcelorMittal BioFlorestas e Mineração; Márcio da Piedade de Souza e Ezequiel Mathias da Fonseca, moradores de Itatiaiuçu; Pablo Andrade Dias, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; e Jonas Vaz Leandro Leal, servidor da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais, representando a titular dessa coordenadoria. A presidenta, autora do requerimento que deu origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os trabalhos, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.



## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 25/7/2022, as seguintes comunicações:

Do deputado Tito Torres em que notifica o falecimento de José Gonçalves Gomides, ocorrido em 15/7/2022, em Barão de Cocais. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Miriam Costa Silva, ocorrido em 25/7/2022, em Martinho Campos. (– Ciente. Oficie-se.)

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 25/7/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Guilherme Carneiro Gonçalves Cruz, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Rute Moura Santos, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique.